

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	17/05/2018	25cm <sup>2</sup>	Política	2

## Otávio Praxedes assume o Estado até o próximo dia 26 de maio

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, **Otávio Praxedes**, assume interinamente o Governo do Estado a partir de hoje (17). A solenidade de transmissão será no Palácio República dos Palmares. O desembargador fica à frente do Executivo alagoano até 26 de maio, a pedido do governador Renan Filho (MDB), que entrará em férias. Competiria ao vice-governador, Luciano Barbosa, assumir o cargo, porém, ele alegou compromissos pessoais. Já o presidente da Assembleia Legislativa, Luiz Dantas, também não pode assumir o cargo.



Veículo	Data	Espaço	Editória	Página
Tribuna Independente	17/05/2018	42cm <sup>2</sup>	Cidades	9

## No Brasil, foram realizados 19,5 uniões entre pessoas do mesmo sexo

Presidente do Grupo Gay de Alagoas, Nildo Correia diz que números representam avanços na garantia de direitos

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em todo o país foram realizados 19,5 mil casamentos homoafetivos desde a Resolução n. 175/2013.

Nildo Correia do Grupo Gay de Alagoas (GGAL) afirma que os números re-

presentam avanços. "Acreditado que ao longo desses cinco anos de resolução, casais LGBTI+, que até anteriormente não tinham os seus direitos garantidos, hoje já sentem o lado positivo dessa conquista", pontua.

Ainda segundo o ativis-

ta, o perfil dos casais varia, vão desde uniões antigas que ainda não eram oficializadas, até convívios recentes, incentivados pela resolução.

"Conheço muitos casais que já conviviam, mais novos casais, novos LGBTI+

hoje saem do armário a cada dia, e vão em busca de seus direitos. E isso é importante, a busca, a garantia de direitos", diz.

No ano passado, um casamento coletivo promovido pelo Grupo Gay e o Projeto Justiça Itinerante do Tri-

bunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) oficializou 30 uniões homoafetivas.

A união estável de pessoas do mesmo sexo é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2011, mas segundo o CNJ, mesmo assim cartórios ain-

da se negavam a oficializar a união, o que motivou a resolução. Com cinco anos de publicação, a resolução converte a união estável em casamento e, caso o cartório recuse a celebração, pode responder por processo administrativo. (E.P.)